



**ATA DA DÉCIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. *“Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e nove minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Treze da Décima Segunda Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 199/2025, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; E-mail Transferegov.br; Ofício nº 250/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande; Ofício nº 94/2025, da Secretaria Municipal de Educação de Corumbá; Carta nº 151/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zé Teixeira, Caravina, Zeca do PT, Paulo Corrêa, Antonio Vaz, Lia Nogueira, Gerson Claro, Lidio Lopes, Paulo Duarte, Renato Câmara, Junior Mochi e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Gleice Jane e Lucas de Lima. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 279/2024, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 294/2024, de autoria do deputado Londres Machado. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Tiago Martinho Militão; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, à senhora Tereza Cristina, senadora da república por Mato Grosso do Sul, pela aprovação da PEC do Pantanal no Senado Federal, a qual reconhece o Pantanal sul-mato-grossense como patrimônio nacional; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Marcio Fernandes, endereçada ao senhor Pedro Chaves dos Santos Filho, pela construção do novo prédio da Faculdade Insted, localizado na avenida Fernando Corrêa da Costa, com oito mil metros quadrados, obra que representa um importante avanço para a educação em nosso estado; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Professor Rinaldo, endereçada ao apóstolo Elias Gomes e à apóstola Elisângela Kovalski, em celebração aos catorze anos da Igreja Evangélica*



*Fonte Viva; requerimento, de autoria do deputado Roberto Hashioka, solicitando que seja concedido, nos termos da Resolução nº18, de 27 de maio de 2008, o Diploma de Ilustre Visitante ao Excelentíssimo Cônsul-Geral do Japão no Brasil, senhor Shimizu Toru; requerimento, de autoria do deputado Professor Rinaldo e demais coautores, solicitando a criação da Frente Parlamentar Estadual de Defesa do Cooperativismo no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto, solicitando a reserva do Plenário Júlio Maia para o dia 17 de março de 2025, para a realização da Audiência Pública “A crise dos hospitais filantrópicos e o atendimento na Santa Casa de Campo Grande: debates e soluções.”; requerimento, de autoria da deputada Gleice Jane, solicitando o uso da tribuna pelo professor doutor Helvio Rech, para discorrer sobre a proposta de criação da Universidade Federal do Pantanal (UFPantanal); requerimento, de autoria da deputada Mara Caseiro, solicitando a prorrogação da Frente Parlamentar em Defesa da Cadeia Produtiva da Pesca, até o fim da presente legislatura; requerimento de informações, de autoria da deputada Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Roberto Hashioka, João Henrique, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Antonio Vaz, Professor Rinaldo, Zé Teixeira, Lucas de Lima, Pedro Kemp, Zeca do PT, Lia Nogueira, Renato Câmara e Neno Razuk. O senhor presidente suspendeu a Sessão Ordinária para o uso da tribuna pelo doutor Almir Martins, para apresentar uma pesquisa clínica e molecular para tratamento de autismo (TEA) e outras doenças complexas. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Usou da palavra a deputada Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, doze de março do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito que o deputado Paulo Duarte assuma momentaneamente a primeira-secretaria e proceda à leitura do expediente da Sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, senhor presidente. Assumo momentaneamente esta cadeira. A cadeira inclusive está meio esquisita; eu não gostei muito dela. Bom dia, senhor presidente, que momentaneamente dirige esta Sessão, deputados, deputadas e todos os presentes. Expediente da Sessão Ordinária de 13 de março 2025: E-mail nº 0096/2025, da Caixa Econômica Federal, comunicando Crédito de Recursos Financeiros do Orçamento Geral da União; E-mail da Transferegov.br (Prot. nº 527/2025) — Transferência Especial — Notificação de alteração no Plano de Trabalho — Plano de Ação 09032022-16865; E-mail da Transferegov.br (Prot. nº 552/2025) — Transferência Especial — Notificação de alteração no Plano de Trabalho — Plano de Ação 09032022-16865 (Prot. nº 551/2025); Ofício nº 0188/2025 da CCR MSVia, comunicando implantação de semáforo no acesso da rua Água Azul à rodovia BR-163, KM 484 (trecho de quatrocentos e dez metros), no contorno de Campo Grande (Prot. nº 134/2025). Senhor presidente, está lido o expediente. Este ofício da CCR MSVia, quando eu li, achei que era para comunicar que eles estavam duplicando a rodovia, mas é para instalação de semáforo. Eu achei que eles estavam comunicando que iam duplicar, mas vão instalar semáforo. É isso, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, deputado Paulo Duarte. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Por inversão, com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, quem nos assiste pela Rádio e TV Assembleia, e os nossos amigos que comparecem ao Plenário para a Sessão de hoje. Senhor presidente, primeiro tenho uma questão de ordem: está noticiado aqui pela mídia do estado: "Leilão da Sefaz oferece quatrocentos lotes com eletrônicos, vestuários e diversos itens a partir de duzentos reais". Muitas vezes, particularmente os eletrônicos, são necessidades das próprias secretarias que não têm os equipamentos de que precisam, por isso eu estou apresentando uma indicação, senhor presidente, encaminhada deste Poder, ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Fazenda, Flávio César Mendes de Oliveira, nos seguintes termos: considerando os leilões de bens, mercadorias apreendidas ou abandonadas, realizados pela Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz) durante anos, solicitamos que os itens apreendidos ou abandonados, especialmente eletrônicos e de informática, sejam disponibilizados a outras secretarias e órgãos da administração direta ou indireta, antes de irem a leilão. Essa questão de ordem visa a recuperar — ou melhor dizendo, aproveitar — os equipamentos apreendidos, para que se possa equipar ou reequipar os órgãos da própria administração direta. Na segunda questão de ordem, senhor presidente, eu quero fazer um elogio público de reconhecimento pelo quanto esta Casa tem sido valorizada com as audiências públicas que têm sido realizadas através das diferentes comissões permanentes. Digo isso, senhor presidente, porque ontem a Comissão Permanente de Meio Ambiente, presidida pelo nosso querido deputado Renato Câmara, realizou, com a presença de dois procuradores — o doutor Loubet, membro do Ministério Público do nosso estado, e o doutor Marco Antônio, procurador federal do Ministério Público de Dourados —, uma audiência pública acerca do problema causado pela plantação de eucalipto na Costa Leste do estado, da qual tiramos conclusões importantes para encaminhar, associando, evidentemente, o desenvolvimento econômico com o social, mas também com o ambiental. Constatou-se que são necessários estudos mais aprofundados sobre o plantio exagerado de eucalipto — mais de um milhão, quase dois milhões de hectares na Costa Leste —, o que tem levado ao desaparecimento das nascentes de rios e ao secamento de córregos. E pior: como não há uma política que garanta, nos plantios, um espaço de floresta com árvores frutíferas para alimentar a fauna da região, estamos presenciando um desastre nos assentamentos. Foi brilhante o debate que aconteceu. E, logo em seguida, foi tratada a questão da privatização da navegação do rio Paraguai. Através do representante da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) — que o nosso presidente permitiu que participasse diretamente de Brasília — desmistificou-se a história de que qualquer intervenção, seja a limpeza de pontos críticos do rio Paraguai ou outra ação, poderia acelerar o fluxo de água. Está cientificamente provado, segundo a Antaq, que a limpeza de pontos críticos não interfere no fluxo de água. Eu, inclusive, mostrei; no Carnaval, deputado Paulo Corrêa, eu peguei um barco com dona Gilda — não ando sem ela — e descemos duzentos quilômetros para baixo de Porto Murtinho; e lá na região do Vallemi já estão as dragas. A partir do rio Apa, o rio Paraguai corre apenas em território paraguaio. Lá, estão

as dragas limpando pontos críticos e, mais abaixo, perto de Concepción, há um lugar chamado arrecife, onde surgem rochas; inclusive o Paraguai já se prepara para dinamitar o local, com o objetivo de alargar e permitir o transporte fluvial tranquilo. Portanto eu queria fazer esse registro e elogiar o deputado Renato Câmara. Fiquei feliz em vê-lo retomar a vontade política de fazer a Comissão de Meio Ambiente funcionar. E quero lhe dizer, meu querido deputado Renato Câmara: pode contar comigo, representando a bancada do PT, pois estaremos juntos com outros deputados, ajudando. Essa é a terceira questão de ordem, para concluir, presidente. Eu viajo hoje à tarde. Amanhã, a ministra Simone Tebet, o ministro da Habitação e o ministro de Obras Públicas do Governo Brasileiro estarão em Dourados, num grande evento, lançando a construção do Terminal de Passageiros do Aeroporto de Dourados, e também entregando quinhentas e oitenta e três casas, sendo trezentas delas para as comunidades indígenas lá de Dourados. E, por último, tenho uma indicação deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópias ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, bem como ao secretário executivo da Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando que sejam envidados esforços para a construção de um barracão com instalação elétrica, hidráulica e sanitária para a realização de feiras de comercialização de produtos da agricultura familiar no distrito de Capão Seco, localizado no município de Sidrolândia. Obrigado, senhor presidente. São essas as considerações e as indicações que eu gostaria de fazer.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, depois de ouvir o deputado Zeca do PT, eu não poderia deixar de falar — até pela minha origem e por ter trazido esse tema aqui à Casa — e parabenizar o deputado Renato Câmara. Agora, tenho certeza de que o deputado Zeca do PT não vai mais cobrá-lo para movimentar — depois do que você fez ontem. Então, presidente, senhores deputados, na verdade, ontem, como disse o deputado, esse assunto deixou de ser tabu, porque só havia um lado falando, dizendo que nada pode no Pantanal, esquecendo-se que lá moram pessoas, seres humanos. Ficou muito claro, tecnicamente, que é possível, sim, fazer a intervenção em pontos críticos do rio Paraguai — não é dragagem em toda a sua extensão —, e eu tenho certeza de que é um passo gigantesco que Mato Grosso do Sul vai dar, particularmente na região do Pantanal, com a concessão dessa hidrovia. Ora, se pode no Paraguai, pode na Argentina, pode nos Estados Unidos, por que só aqui não pode? Então, com certeza, essa audiência foi esclarecedora. Parabéns ao presidente da Comissão do Meio Ambiente, da qual eu faço parte, meu querido deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Também contribuindo, quero parabenizar o deputado Zeca do PT, que fez várias indagações práticas e ajudou a desmistificar vários pontos que a gente ouve por aí. Por exemplo, que a intervenção aumentaria a velocidade do rio Paraguai. Eles usaram um modelo matemático do Exército americano, que é utilizado no rio Mississipi, e também fizeram um teste prático de oito quilômetros no rio Paraguai, aplicando essa metodologia, e não houve alteração nenhuma. O superintendente da Antaq foi categórico em dizer que ele é servidor público de carreira e o primeiro a defender o rio Paraguai. Então, foi uma audiência pública... Eu estou até pedindo para nossa assessoria publicá-la no YouTube, porque é um material muito rico para análise e para todos aqueles que têm dúvida sobre esse projeto do rio Paraguai. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Esta legislatura está interessante, não é, senhor presidente? Porque o Pequeno Expediente virou um momento de grandes e acalorados debates. Interessante! Gostei. Estou achando bem interessante essa parte; há um processo dinâmico. Senhor presidente, quero apresentar duas indicações. A primeira ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, com cópia ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), para solicitar medidas urgentes no sentido de pavimentar a rodovia MS-289, no trecho em que liga os municípios de Amambai e Juti. O vereador Jota Roberto, do município de Amambai, buscou o nosso mandato apresentando esta solicitação, que é uma demanda antiga dos moradores tanto de Amambai quanto de Juti, que anseiam pela pavimentação asfáltica da rodovia MS-289, visando melhorias no acesso, na trafegabilidade da via e, também, como fator preponderante para alavancar o desenvolvimento socioeconômico da região. A outra indicação é dirigida ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando o aumento da gratificação dos servidores administrativos da educação que ocupam a função de secretários escolares. Esses servidores buscaram o nosso mandato, solicitando estudos no sentido de que seja realizado o aumento na gratificação dos servidores administrativos da educação, que ocupam função na secretaria. É sabido que a categoria não recebe aumento real de salário há algum tempo, tornando necessária uma compensação para que possam suprir suas necessidades pessoais. Ademais, devido ao nível de responsabilidade e ao acúmulo de trabalho que a função demanda, é justo que haja a readequação do valor da gratificação. Era o que eu tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhores deputados, senhoras deputadas, como há demanda no Grande Expediente, nós normalmente encerramos às 10h, para garantir uma hora de Grande Expediente; mas isso não está sendo muito respeitado. Hoje temos cinco inscritos. Se puderem, peço que sejam objetivos no Pequeno Expediente, pois vamos estendê-lo por mais quinze minutos — até às 10h15min —, para que possamos concluí-lo; caso contrário, ficaremos apenas no Pequeno

Expediente, enquanto o Grande Expediente, com inscritos, terá que ser adiado pelo segundo dia seguido. Se todos estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. O Pequeno Expediente será até 10h15min. O próximo inscrito é o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Senhor presidente, bom dia. Bom dia a todos os colegas e a todos que nos acompanham. Eu quero apresentar uma indicação ao diretor-presidente da Agência Municipal de Trânsito de Campo Grande, solicitando um estudo de viabilidade para a reestruturação do trânsito na rua Rio de Janeiro, entre a avenida Júlia Maksoud e a rua Treze de Junho, no bairro Monte Castelo, nesta capital. Também quero deixar sobre a mesa um projeto de lei, o mesmo que apresentei no ano passado, que obriga todos os agressores de mulheres de Mato Grosso do Sul a pagar todas as despesas decorrentes da violência doméstica, desde o deslocamento da viatura com mandado de busca até gastos com psicólogo, remédios e, se necessário, um abrigo para a vítima. É inadmissível, senhor presidente, que, mesmo com a Lei Maria da Penha — que tanto tem ajudado, e com o pronto atendimento das autoridades policiais —, só nestes primeiros dias de 2025 já tenhamos perdido seis mulheres vítimas desse crime. Ontem, vimos veiculado em toda a mídia sul-mato-grossense o caso de uma jornalista, a Natália, sobrinha do deputado Paulo Corrêa — cito o nome porque foi amplamente divulgado em redes de televisão, jornais e mídias. O companheiro — não sei quem é esse indivíduo — cometeu tanta agressão que vimos o sangue escorrendo da boca e do nariz dela. Então, quero apresentar hoje, deputado Paulo Corrêa, este projeto de lei. A CCJR orientou que era inconstitucional, mas acontece que esse projeto de lei, de minha autoria, virou lei no Distrito Federal: o Projeto de Lei nº 76/2024. Então, eu vou reapresentá-lo hoje. Eu estive conversando com o governador Eduardo Riedel, e ele achou interessante a ideia. Inclusive, disse: "Eu quero sancionar esta lei no Palácio Popular da Cultura, com a presença de mais de mil mulheres — é o que comporta aquele auditório —, para que a gente possa dar um basta. Parece que as leis não funcionam. Parece que, mesmo o cara cometendo esse crime e sendo preso, quando ele sai, acaba reeditando o mesmo crime ou piorando ainda mais. O lado mais sensível do ser humano está na parte vertical, está no bolso [sic]. Nós temos que fazer com que este indivíduo, que teve esse tipo de comportamento, pague. Nossa lei começa com dez Uferms, e chega a dez mil, ou seja, aproximadamente quinhentos mil reais, dependendo da condição socioeconômica desse agressor. Vou reapresentar hoje esse projeto e gostaria de contar com a aquiescência — como aconteceu já no ano passado — quando os vinte e quatro deputados votaram; mas, infelizmente, esse projeto foi arquivado. Eu já conversei com a procuradora, doutora Doriane, em uma reunião que tivemos aqui, dizendo que vou reapresentar o projeto. É inadmissível que, no século XXI, ainda convivamos com comportamentos medievais desses indivíduos que, diante de Deus, da família e dos padrinhos, juraram amar e respeitar em todas as circunstâncias. Então, me parece que não tem outro jeito, deputado: quem bater em mulher, vai ter que pagar. Além das penas que já existem, do ponto de vista do processo penal, ele tem que pagar também toda a despesa empenhada pelo poder público, desde o deslocamento da viatura até o custo do dia de trabalho do policial, da psicóloga que será utilizada para o atendimento, e do hospital. Já existe previsão na Lei Maria da Penha para essas despesas pelo SUS, mas



nós temos que fazer com que esse indivíduo pague por tudo. Eu gostaria de apresentar ainda nesta Sessão. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço, deputado Professor Rinaldo, inclusive a sua solidariedade com a minha família.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Quero informar ao deputado Professor Rinaldo — e já é de conhecimento dele — que, antes de ele apresentar esse projeto de lei, eu já havia apresentado um projeto com o mesmo teor, que foi arquivado sob o entendimento de ser inconstitucional. Então, eu pediria, deputado, que — como eu o apresentei anteriormente e Vossa Excelência vai reapresentá-lo — eu possa também assinar como autor, junto com o senhor, e me somar a essa luta que julgo extremamente importante.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente. Deputado Professor Rinaldo, a palavra está com Vossa Excelência.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Eu gostaria, deputado Paulo Corrêa, que todos os colegas fossem signatários desse projeto de lei. Eu gostaria que os vinte e quatro assinassem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente, deputado. Pode apresentá-lo aqui. Eu tenho certeza que Vossa Excelência vai ter a aquiescência de todos. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Washington Willeman Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), para que seja viabilizada a aquisição de uma grade niveladora para uso coletivo no município de Bonito. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este parlamentar pela Associação das Mulheres Produtoras do Assentamento Guaicurus, representada pela presidente Zenaide Leite da Silva. A agricultura é uma das principais atividades econômicas da comunidade, e a grade niveladora facilita o preparo do solo para o plantio, melhorando sua qualidade e produtividade. Isso impacta diretamente na geração de renda dos produtores locais e no fortalecimento da economia regional. O uso compartilhado da grade niveladora beneficiaria diretamente os moradores e produtores locais, facilitando a conservação das vias e promovendo melhores condições de trabalho.

Indico à Mesa Diretora, ouvindo o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Rodrigo Perez, secretário de Estado do Governo e Gestão Estratégica, e à senhora Ângela Cristina Lopes, gerente de Saúde do Município de Naviraí, solicitando a aquisição de bens, móveis e equipamentos para a Unidade de Saúde Vila Nova, no município de Naviraí. A proposta foi encaminhada ao nosso gabinete parlamentar pelo vereador Antônio Bianchi, do Republicanos. A referida unidade necessita de melhorias estruturais e de um aparelhamento adequado para garantir um atendimento de qualidade à população, uma vez que foi observada a deterioração das instalações e a falta de equipamentos apropriados para atender às necessidades crescentes da comunidade. A aquisição desses materiais é fundamental para o bom funcionamento da unidade e para o aprimoramento dos serviços oferecidos à comunidade. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara, no Pequeno Expediente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, nobres colegas deputados, tenho aqui algumas indicações. Na primeira delas, indico à Mesa, após observadas as disposições regimentais desta Casa e ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e ao diretor-presidente da Agesul, solicitando, em caráter de urgência, a realização de serviços de Operação Tapa-Buraco no trecho da MS-276, que liga o município de Batayporã — na divisa de Mato Grosso do Sul — com o Estado do Paraná. Essa é uma reivindicação de toda a população que utiliza essa rodovia, que possui um trânsito intenso de caminhões e carretas escoando a produção. É um pedido de vários deputados desta Casa e se faz necessário, pois a deterioração da estrada tem causado muitos acidentes e prejuízos à nossa população. No mesmo sentido, senhor presidente, quero solicitar, em caráter de urgência, a instalação de redutores de velocidade na MS-475, especificamente no trecho que liga a saída do município de Novo Horizonte do Sul, no sentido da Copasul, local que tem registrado muitos acidentes. Também indico ao senhor governador Eduardo Riedel e ao presidente da Agraer, Washington de Souza, a viabilização de alguns equipamentos para os produtores familiares do município de Angélica; entre eles: roçadeira, pulverizador, grade niveladora e a cedência de um veículo para atender os pequenos produtores, que necessitam dessa atenção especial. Era o que eu tinha, senhor presidente. Esse é um pedido do secretário municipal de Agricultura, o Adãozinho, que começou este ano com muito "gás" e muita vontade de fazer a diferença no município de Angélica. Estamos apoiando a administração do prefeito Edinho. Era o que eu tinha, senhor presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu pedi, pela ordem, no Pequeno Expediente — e peço perdão a Vossa Excelência — para registrar o meu inconformismo, ou melhor, meu repúdio ao que a imprensa brasileira e a imprensa internacional noticiaram ontem: a arrogância, a brutalidade, a selvageria da polícia do Miley, com ataques aos aposentados e pensionistas do governo argentino, que pacificamente e calmamente faziam uma manifestação pedindo correção dos seus baixos e parcos recursos de aposentados e de pensionistas, quando foram atacados pela polícia do Miley. Muitas pessoas foram agredidas, muitas ficaram feridas e levadas aos hospitais, inclusive o pessoal da imprensa. Começa a cair a máscara do governo Miley, cantado em verso e prosa pela bancada de direita nesta Casa. Infelizmente, o que estamos vendo é um comportamento canalha, autoritário, arrogante do governo Miley, que não sabe respeitar a manifestação popular. É uma pena que a extrema direita deste país tente se moldar a algo que é um fracasso hoje para o povo argentino. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Eu vou pedir licença aos senhores e demais deputados, pois vamos terminar o Pequeno Expediente às 10h15min, impreterivelmente, porque hoje teremos o Grande Expediente. Eu sei que tenho que começar às 10h00min, mas, infelizmente, não está dando tempo, mas eu gostaria de dizer que — enquanto passo a missão de consultar o Plenário — até às 10h15min vai funcionar. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores, aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Primeiramente, quero saudar a visita à nossa Assembleia, do vereador Fábio, presidente da Câmara de Batayporã, e do vice-prefeito Cacildo. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa de Leis. Senhor presidente, tenho duas indicações. A primeira: requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado de expediente ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon. Considerando a relevância da ponte sobre o córrego Baixadão, no município de São Gabriel D'Oeste, na rodovia MS-142, KM 59,6, entre os distritos de Ariado e Jauru, para o transporte escolar e o escoamento agropecuário, bem como o risco iminente de desabamento devido ao deslizamento de uma das cabeceiras, sugiro a adoção imediata das seguintes medidas: vistoria técnica urgente para avaliação dos danos estruturais; ações emergenciais para contenção do problema e garantia da segurança dos usuários; plano de recuperação com prazo definido para reforço da estrutura; transparência na divulgação periódica das providências adotadas; e reforço da necessidade de ações concretas para evitar tragédias e garantir a mobilidade da população. Segunda indicação: requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, que seja enviado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara de Carvalho, com cópia ao prefeito do Parque dos Poderes, Paulo Escobar, solicitando a realização de estudos para instalação de placas informativas e educativas. O objetivo é conscientizar a população sobre a importância do uso de capacete durante passeios ou

atividades com bicicletas e patins no Parque dos Poderes e no Parque das Nações Indígenas. Essa indicação se faz necessária tendo em vista os acidentes que têm ocorrido, como o recente, em dezembro último, quando uma jovem sofreu um acidente com bicicleta, sofreu traumatismo craniano e se encontra em coma até a data de hoje, precisando de auxílio para manter o seu tratamento. Portanto, é importante a sinalização indicando a importância do uso de capacetes nas atividades com patins e uso de bicicleta. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Deputado Pedrossian Neto. Transferida. Eu sei que o deputado Junior Mochi chegou, mas fiz uma consulta ao Plenário para que terminássemos às 10h15min, e estou deixando o deputado Lidio Lopes falar por último, ferindo o direito de Vossa Excelência, que gostaria de falar também no Pequeno Expediente. Tem como, senhor presidente? Nosso corregedor... Quero parabenizá-lo também pelo cargo. Perfeitamente. Passou direto. A meu pedido, o deputado Lidio Lopes será o último a falar.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Paulo Corrêa, e nobres pares. Bom dia a todos que nos honram com a sua presença nesta Sessão e também aos que nos assistem através da TV Alems. Senhor presidente, quero rapidamente fazer aqui duas indicações. Na primeira, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, ao prefeito do município de Miranda, senhor Fábio Santos Florença, e à secretária municipal de Saúde de Miranda, senhora Kellen Medeiros Venciguer, solicitando que seja feita uma cooperação entre os Poderes Executivos estadual e municipal, a fim de que seja construída uma base para o funcionamento e operação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) no município de Miranda. Justificativa. A comunidade clama por essa medida, que visa proporcionar maior segurança e qualidade no atendimento à saúde, garantindo que todos, sem exceção, tenham o direito de ser assistidos de forma adequada e célere em momentos críticos. É uma solicitação do município com a devida justificativa anexa, senhor presidente. Na segunda indicação, senhor presidente, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópias ao secretário Guilherme Alcântara e ao diretor da Agesul, Mauro Azambuja Rondon, solicitando a realização de estudos técnicos para a reforma e manutenção urgente da ponte sobre o córrego Pinhé, localizado na MS-441, que é a principal via de acesso ao assentamento Roda Viva, no trecho compreendido entre os municípios de Bandeirantes e Camapuã. Essa proposta fundamenta-se na reivindicação dos moradores que utilizam a ponte em questão, frente às consequências do seu estado de conservação precário. A estrutura da ponte apresenta sérios sinais de deterioração, representando um risco à segurança de todos que dependem dessa via, seja para o transporte de mercadorias ou para o deslocamento diário, especialmente de estudantes e trabalhadores. Residem na localidade aproximadamente cento e três famílias que têm acesso à ponte, e, com a ela fora de funcionamento, elas terão

que percorrer cerca de vinte quilômetros a mais. O acesso, portanto, é muito ruim. Coloco também algumas imagens desta ponte, que está em péssimo estado, com a iminência de cair. Essa é a preocupação de todos que transitam nessa pista. Era o que eu tinha. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Junior Mochi: um requerimento (Prot. nº 00561/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 00563/2025, 00564/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: Duas indicações (Prot. nºs 00553/2025, 00554/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 0555/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 00586/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 00572/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 00568/2025, 00567/2025, 00566/2025); quatro indicações (Prot. nºs 00585/2025, 0584/2025, 00583/2025, 00571/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 00565/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 00579/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00576/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 0573/2025, 00574/2025, 00575/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 00569/2025, 00570/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: seis indicações (Prot. nºs 00562/2025, 00560/2025, 0559/2025, 00558/2025, 00557/2025, 00556/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: três indicações (Prot. nºs 00580/2025, 00578/2025, 0577/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Peço ao deputado Paulo Duarte que inverta comigo o seu tempo. Deputado, permite a inversão?

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Invertido.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Invertido. OK! Agradeço. E vou passar a presidência para o ilustre deputado Pedro Kemp, nosso segundo-secretário.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, no Grande Expediente, o deputado Paulo Corrêa. Vossa Excelência disporá de trinta minutos, deputado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, deputado Pedro Kemp, senhores deputados, senhoras deputadas que estão on-line conosco. A pior coisa quando se vai usar a tribuna é quando você tem um problema pessoal para trazer a todos os senhores deputados. Eu me sirvo do companheirismo e do mandato que tenho nesta Casa — pelo qual agradeço a Deus e às pessoas que confiam em mim — para tratar de um assunto de extrema importância, deputado Zeca do PT. Quero falar novamente sobre o feminicídio, quero reprisar esse tema. A gente ouve, fala sobre o assunto, realiza reuniões e vê o Governo se movimentando, o Ministério Público agindo, o Tribunal de Justiça atuando, assim como o Governo, o secretário de Estado de Segurança Pública, Carlinhos, esteve aqui ouvindo os nossos anseios e ajudando a construir uma nova

proposta do governo Eduardo Riedel... Mas até aí, quando a gente não está envolvido... Senhores deputados, preservando o nosso companheirismo, eu gostaria de tratar de um assunto que aconteceu na minha família; e ontem, minha sobrinha tornou público isso. Senhoras deputadas, senhores deputados, a violência contra a mulher está em qualquer nível. É uma questão cultural, parece algo estranho. Ouvimos ali, deputados Zeca do PT e Pedrossian Neto, as explicações e os dados: cinco mil e oitocentas denúncias no ano passado. Isso não é brincadeira. Temos esses dados porque existe a Casa da Mulher Brasileira; imagine quantos casos ocorrem no interior, onde ninguém fala sobre o assunto! Aconteceu com a minha sobrinha, filha do meu irmão falecido, Renato Corrêa, que todos vocês conheceram aqui na Casa: a Natália. Ela foi agredida pelo rapaz com quem mantinha um relacionamento; inclusive eles têm uma filha juntos. O rapaz foi levá-la para casa, não mora com ela, e, do nada, deu uma porrada – falando no popular – no rosto dela. Vou ser claro: quebrou o nariz dela. E ela estava com a filha no colo. Descobri depois, deputado Coronel David, — Vossa Excelência, que é da polícia, sabe bem — que quando a pessoa é faixa preta de karatê e agride, é como portasse uma arma branca. Ele tem uma coisa que eu não tenho: eu não sou faixa preta de karatê, não sei dar um soco para quebrar o nariz de uma pessoa da forma que ele fez com minha sobrinha. Aprendi com meu pai e sempre falamos aqui: homem que bate em mulher é covarde. É isso que vocês aprenderam em casa? Eu aprendi com meu pai que não se toca em uma mulher de jeito nenhum. Quando toca, perde a razão, certo? E, por incrível que pareça... Quando um homem dá uma porrada em uma mulher, ele perde completamente a razão. E eu vejo que ainda há muitas falhas. Quero agradecer a ligação que recebi do senhor governador — de solidariedade — e dizer que também tive o apoio imediato do nosso secretário de Estado Segurança Pública, o Carlinhos. Mas o processo está eivado de erros, como diríamos aqui nesta Casa, desde o início. Meu sobrinho, que é advogado e irmão da Natália, levou-a para um posto de saúde no bairro Coronel Antonino — eu estava viajando, portanto, não entrei no processo; não usamos a famosa "carteirada" —, e de lá ela foi encaminhada para a Santa Casa para atendimento. O outro sobrinho, Rodrigo, que o deputado João Henrique conhece, foi fazer o Boletim de Ocorrência. E agora vem o assunto: a autoridade policial que recebeu o caso... E aí, deputado Lidio Lopes, a questão é a seguinte: para ser delegado de polícia, a pessoa precisa ser formada em Direito, mas é necessário apresentar a OAB, correto? Meu sobrinho chega como informante para fazer o Boletim de Ocorrência, dá o nome do agressor, depois é lavrado o boletim e, na confusão, quem foi indiciado foi o meu sobrinho, e não o bandido que agrediu a irmã dele. Pode acontecer isso? E pasmem! — Peço desculpas, não sei até que ponto posso falar, mas eu ganhei um mandato que me dá liberdade de ação, e estou aqui. — Pasmem! Foi a mesma delegada que atendeu o caso anterior! O que será que é? Desatenção? Não gosta de fazer o serviço? A mesma delegada que atendeu o crime da Vanessa Ricarte foi quem atendeu o meu sobrinho, que foi lá como informante de um Boletim de Ocorrência e saiu como indiciado. A mulher é delegada; a mulher é advogada... Então, eu quero agradecer ao secretário de Segurança que entrou na "parada". Só para entender o que acontece, deputado Zeca do PT: quando você é indiciado, o teu nome vai para o Sistema Integrado de Gestão Operacional (Sigo). Todo mundo sabe o que é o Sigo: é um sistema de gerenciamento operacional da polícia. Mas não é só isso. Saiu uma ordem de prisão mandando prender meu sobrinho, e não o "cara" que bateu na minha sobrinha!



Você está doido?! E aí vai para o Tribunal de Justiça... Quero lembrar aqui, deputado João Henrique, se ele trombar com algum carro no meio da rua hoje, o "cara" vai olhar, no Tribunal de Justiça, e vai ver que ele não é réu primário. É assim que funciona? Mas vem cá, como é que é isso? Então, isso está acontecendo e a gente tem que passar a limpo essa conversa. Da mesma forma, o "cara", inteligentemente — e aí é uma questão de contratar advogado ou não —, contratou um criminalista que entrou com pedido de segredo de justiça, deputado Roberto Hashioka, pedindo Habeas Corpus. O cara que bateu na minha sobrinha pediu Habeas Corpus e segredo de justiça. Legal! Aí, um desembargador do Tribunal de Justiça analisa o processo. Eu conversei com a desembargadora Jaceguara, que me atendeu muito bem, até pela sua competência e por tratar esse assunto aqui dentro da Casa e participar de todas as reuniões. O desembargador olha o processo, tem um QR Code lá que mostra o vídeo dela levando "porrada" com o filho no colo e diz assim: "Não, o camarada é réu primário." Até que ponto vai isso, deputado Coronel David? Bateu em mulher, você tem que ser preso imediatamente! Foi preso, mas aí o cara consegue a soltura com três quesitos: tornozeleira eletrônica, duzentos metros de distanciamento... Pera aí, é quatrocentos! Quem inventou duzentos? De onde saiu isso? Mas, tudo bem, duzentos metros. "Ah, ele é pai da criança, então está garantido o direito de visita". O que esse desembargador quer? Que o "cara" entre na casa da minha sobrinha e mate a minha sobrinha? Estou perguntando! Vocês têm que me ajudar. Não é possível! Aqui está um tio desesperado, porque, se continuar essa ordem da forma que está, o "cara" pode visitar a filha dele com a desculpa de ser pai, porque pai ele não é! A minha sobrinha tem oito meses de idade, e ele nunca pagou pensão alimentícia. Ele é músico. Não é igual à história da Vanessa, deputado Lidio Lopes? É, ou não é? O "cara" nunca pagou pensão alimentícia e tem a licença de um desembargador para visitar a filha, ou seja, ele vai poder entrar na casa da minha sobrinha. Peço que me desculpe, desembargador, mas vou descumprir o que o senhor está falando; na casa da minha sobrinha ele não entra! Até agora, a gente acalmou, ficou quieto. Daqui pra frente, a gente não vai mais ficar quieto. Nós vamos ter que descumprir, porque, se ele entrar, ele vai matar a minha sobrinha, deputado Coronel David. Qual é o próximo passo? Vossa Excelência, que também é envolvido, e fala sobre esse assunto aqui na Casa. E é isso: a sucessão de erros vai acontecendo, as pessoas vão vendo, e providência não existe absolutamente nenhuma, deputados e deputadas. Então, eu quero dizer que estou envolvido emocionalmente. Quero dizer que eu trouxe os fatos para serem avaliados por Vossas Excelências. Mas eu gostaria de entrar, hoje, com um pedido desta Casa ao presidente do Tribunal de Justiça, para que ele solicite a esse senhor desembargador que reveja essa decisão, em função desse absurdo que ele está deixando acontecer, permitindo que esse rapaz faça isso. Se o "cara", sem nada, já quebrou o nariz da minha sobrinha, o próximo passo dele, se for visitar a filha — com certeza, com certeza — ele vai matar minha sobrinha. Então, estou vindo aqui pedir socorro para vocês. Quero pedir o apoio da Casa, de todos os senhores deputados. Agora quero deixar o aparte ao ilustre deputado Lidio Lopes, que me apoiou desde ontem. Agradeço o apoio do deputado Coronel David, do deputado Neno Razuk, que foi fundamental e estava comigo na hora em que recebi a comunicação; ao deputado Pedro Kemp e ao deputado Paulo Duarte. Peço desculpas, o deputado Caravina está aí, e também sabe do caso. Eu queria dividir isso com vocês, porque isso não escolhe família, nem classe social, nem religião. Deputado Professor

Rinaldo, está falando aqui que todo mundo conhece minha sobrinha, ela é cantora, trabalha à noite. Mas, rapaz, pelo amor de Deus, não é possível um "troço" desse, não é?! Então, queria conceder o aparte a Vossa Excelência e agradecer por vocês terem me ouvido.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Deputado Paulo Corrêa, é com tristeza que eu ouço todo esse histórico, mesmo porque, a despeito de ser a Natália sua sobrinha, é uma menina que nós conhecemos desta Casa, é uma colaboradora do município de Campo Grande e tem feito um belo trabalho pela gestão na comunicação. Foi afastada durante o período de gestação para poder ter o tempo de amamentação do seu bebê; e nos deparamos com uma situação dessa. É uma violência que está surgindo a cada dia. Ainda hoje, eu conversava com uma pessoa que teve um problema inverso no município, com um colaborador do município, onde ele foi agredido. Eu o parabeneizei e disse: hoje não existe o "machão". É preferível você apanhar da mulher do que colocar a mão. E eu disse, no dia da reunião com os parlamentares e com todo o sistema do estado, e também disse esta semana na Casa da Mulher, no lançamento dos projetos do mês de março, que precisamos rever todos os conceitos e voltar para dentro das escolas, para ensinar os princípios de formação, senão, a violência vai se avançar a cada dia mais. Eu trago comigo uma formação. Eu vim de uma família grande, com dez irmãos, sendo quatro homens e sete mulheres [sic]. Meu pai, desde menino, ensinava o seguinte: "Nunca faça, queira ou deseje ao filho dos outros o que você não quer que façam às suas irmãs." É esse princípio que eu carrego e transmito para os meus filhos. Eu tenho filhos homens, e transmito isso para eles. O que aconteceu com a Natália é mais um absurdo que acontece, e principalmente, a gente vê a forma como o Poder Judiciário trata isso. Fui advogado criminalista por vinte e cinco anos, e eu podia escolher as ações que ia defender. Quando eu me deparava com um sistema desse, de um homem agredindo uma mulher, eu nem pegava essas causas. O desembargador vê uma situação como essa, uma pessoa agredida, com vídeo exposto, e ainda liberar um cidadão desse?... Um "cara" desses tem que ficar na cadeia. Em que pese ser réu primário, e a justiça facultar isso porque ele não foi condenado ainda, mas nesse período ele precisava ficar preso, para poder dar uma resposta a um problema iminente que estamos vivendo, como o problema da Vanessa e vários outros problemas que surgiram de lá para cá. Eu sei que foi mais um erro dessa profissional, mas nós não podemos atribuir todo o sistema a uma falha ou duas, porque ela também teve muitos trabalhos positivos. Agora, o que está acontecendo hoje é que está sendo desconstruída a Casa da Mulher Brasileira, por um problema que houve; e nós não podemos generalizar isso. A Casa da Mulher Brasileira, nesses dez anos, salvou milhares e milhares de vidas, e o atendimento tem sido feito, mas a demanda é muito grande. Hoje, é uma preocupação muito grande. A prefeita Adriane tem essa preocupação e nós estamos discutindo hoje sistemas de segurança para que consigamos fazer um monitoramento também pelo município, para que essas mulheres sejam resguardadas, com acesso mais próximo a pessoas que são protegidas. Então, nós temos que trabalhar de todas as formas e nos cercar de todas as maneiras. Quando acontece um fato como esse, em que a pessoa foi presa, ela deve permanecer detida por um período. Nós tivemos um problema esta semana com um colaborador do município. Ele invadiu uma área onde não podia entrar, foi preso, e, na audiência de custódia, sua liberdade foi negada. Ele ficou trinta dias preso, e o

caso dele não envolveu violência ou agressão, apenas a tentativa de invasão de domicílio. Se ele ficou preso por trinta dias, por que esse que agrediu com muita violência não permaneceu detido por pelo menos alguns dias? É isso que queremos questionar. Concordo com Vossa Excelência e reafirmo que pode contar com o nosso apoio. O que pudermos fazer para enfrentar essa questão, estaremos à disposição. Parabéns!

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço e incorporo o vosso aparte. Obrigado pela solidariedade. Com a palavra, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Deputado Paulo Corrêa, primeiro, receba da minha parte a solidariedade de um homem envergonhado de ver que esses casos não pararam de acontecer. Concordo com o deputado Lidio Lopes sobre a importância da educação, de voltarmos para a escola, para dentro da família. Eu, pelo menos, aprendi com meu pai e minha mãe que em mulher não se bate. Mas este é um processo cultural que ainda levará tempo para que os homens compreendam que ninguém é dono de ninguém em uma relação. O que o senhor traz aqui é extremamente grave. Esta Casa solicitou uma reunião logo após o caso da jornalista. Vieram aqui todos os órgãos e Poderes, e eu, junto com o deputado Gerson Claro, pedimos aos órgãos que nos enviassem as providências que seriam tomadas, a fim de evitarmos novos casos como o ocorrido com a jornalista. Até o momento, apenas o Ministério Público nos encaminhou as medidas que pretende adotar. Então, deputado Paulo Corrêa, isso é uma vergonha! Uma vergonha! E eu me junto à indignação de Vossa Excelência. Esta Casa precisa exigir que aquilo que foi tratado na reunião seja efetivamente providenciado pelos órgãos, porque, caso contrário, deputado, o que estamos fazendo aqui? Nós somos os representantes da população de Mato Grosso do Sul, escolhidos através do voto. Já essas pessoas que estiveram aqui, vieram por concurso público. Eu já estive do lado de lá. Hoje estou do lado de cá e vou cobrar, vou exigir providências! Esse agressor tinha que ficar preso, sim! O que está acontecendo? O presidente do Tribunal de Justiça esteve aqui. Essa tem que ser uma ação conjunta! Isso foi dito com clareza durante a nossa reunião. Se o presidente do Tribunal de Justiça veio a esta Casa e se colocou à disposição para tomar providências dentro do seu âmbito, para evitar que esses casos continuem acontecendo, por que isso não foi feito? É uma vergonha! É uma infelicidade saber que esta Casa tinha conhecimento de que o desembargador poderia ter adotado uma providência para prender esse covarde, e não o fez. "Ah, é réu primário?" Muitos são réus primários e, depois, voltam e matam uma mulher! Portanto, me coloco à disposição do senhor, como presidente da Comissão de Segurança Pública e Defesa Social. Vou aguardar o deputado Gerson Claro retornar para que possamos convocar novamente o presidente do Tribunal de Justiça e pedir explicações. Ah, ele pode até dizer: "O juiz tem independência para decidir." Mas até quando, deputado Paulo Corrêa? Até quando? Se o Tribunal de Justiça não entrar nessa luta junto com a Assembleia Legislativa, tudo o que foi discutido na reunião não servirá para nada. Mulheres continuarão morrendo! Posso garantir ao senhor: eu não quero ter a minha digital nesta incompetência e nessa falta de providências. Como presidente, como deputado, como homem, vou continuar a minha luta. E espero, deputado Pedro Kemp, que esta Casa exija dos órgãos que participaram daquela reunião que adotem providências; adotem providência na

delegacia, na entrega da intimação e que haja efetividade. Bandido, criminoso, covarde que bate em mulher, não pode estar andando no meio do seio da sociedade. Então, tinha que estar preso. Deputado, minha solidariedade e a minha vergonha. E vou falar uma coisa para o senhor: o deputado Gerson Claro, junto conosco tem que tomar uma providência com relação a isso. Ou então, o Tribunal de Justiça tem que falar: "Nós não temos condições de fazer aquilo que queríamos fazer", porque aí esta Casa vai fazer aquilo que outros vão deixar de fazer.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço a solidariedade, meu irmão. Obrigado, de verdade. Eu não gostaria de estar fazendo esse pronunciamento aqui, mas agradeço a todos vocês pela paciência. Com a palavra, o deputado João Henrique, meu irmão.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Deputado Paulo Corrêa, tenha aqui um parceiro, um colega parlamentar que conheceu o pai da sua sobrinha, seu irmão. Trabalhei com ele, não vinculado ao seu escritório, nem em parcerias políticas ou campanhas de Vossa Excelência, porque acompanhei muitas campanhas de Vossa Excelência, mas trabalhei junto ao seu irmão Renato por acreditar nos mesmos valores e nos rumos que gostaríamos de ver para a nossa OAB. Cito o seu irmão por dois motivos: eu conheci a sua sobrinha em um momento muito bacana, onde eu não sabia que era sua sobrinha e não sabia que era filha do Renato. Posteriormente, depois de ter feito uma certa amizade e relacionamento com ela, tive a oportunidade de ouvir a voz dela cantando; e é maravilhosa. Eu, que gosto de música e de dar meus pitacos nos meus "jingles", escutei e vi o Marco Aurélio falando isso aqui, cobrando ações de enfrentamento da violência doméstica em um projeto, num processo cultural da Assembleia, e escutei a voz dela. Falei: "Olha, parece a voz da Ivete Sangalo." Escutei mais umas duas vezes e vi que não era a voz da Ivete, vi que era mais bonita, para mim, do que a voz da Ivete. Liguei para ela, entrei em contato para que ela pudesse fazer um projeto comigo, e ela disse que era sobrinha do deputado Paulo Corrêa e precisava da liberação do deputado Paulo Corrêa. O deputado Paulo Corrêa liberou para fazer o trabalho, os ensaios comigo, e dali para frente a gente fez uma amizade. E realmente me entristece profundamente Vossa Excelência usar a tribuna desta Casa para falar de um fato familiar que se tornou público. Não é segredo para ninguém, também aconteceu comigo, de um fato familiar ter se tornado público — não de violência doméstica propriamente dita, mas dentro de um processo que também deveria ter segredo de justiça, o qual a imprensa também me questionou. Eu, por ser advogado de família, ainda tendo vencido o processo, decidi não expor a minha família nem a divergência familiar. Então, eu entendo o que Vossa Excelência está fazendo e sei que é por desespero, me solidarizando com o desespero de Vossa Excelência. E pego emprestada a fala de Vossa Excelência para dizer que o erro criminal que iniciou com seu sobrinho é uma falha operacional do sistema do Governo do Estado. Já vimos matérias contra esse tipo de problema do Governo, e o Governo confessa. Mas quero dizer a Vossa Excelência, deputado Paulo Corrêa, que o problema da sua sobrinha não é mais criminal, é uma questão de família. Eu não vou comentar a decisão do desembargador, porque não a li, mas faço a minha análise criminal desse pai quanto a sua sobrinha, a filha da Natália; e eu não vou

falar o nome dela por ser menor. Devo presumir, deputado Paulo Corrêa, que a criança tem uns nove ou dez meses e leva o nome em homenagem ao seu irmão Renato. Eu encontrei a Natália em um momento de grande felicidade minha, na realização do pré-natal do meu segundo filho. Então, sei todo o carinho que ela teve na gestação dela com a criança.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Que se chama Renata. Eu posso falar o nome, porque usou o nome do meu irmão. Eu e a Adriana somos padrinhos, deputado. Então, você vê a situação que nós estamos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então, eu digo a Vossa Excelência que a análise tem que ser familiar e não somente criminal. Porque um pai que tira todo o suporte da mãe e da filha, com uma agressão reprovável, injusta, ilegal, imoral, condenável e nojenta não sabe o que é cuidar de uma criança chorando na madrugada. Esse "cara" não sabe o que é dar o suporte emocional, financeiro, as renúncias particulares que nós, todos aqui que temos filhos, temos que fazer no nosso dia a dia. Ele tirou isso não da esposa dele, ele tirou da filha dele. Ela teve que ser submetida a um tratamento de saúde, foi ao posto de saúde. E por mais que possa dizer que ele é réu primário, que tem todos os direitos de defesa — e eu concordo com os direitos de defesa, pois sou advogado —, o que ele fez com a família dele, nesse momento, é indefensável e é motivo para ele estar em cárcere privado. Então, me solidarizo a Vossa Excelência por todos os motivos e mais esse.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço, deputado João Henrique. Obrigado pelo seu pronunciamento. Vou incorporá-lo na íntegra. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Obrigado pelo aparte, deputado Paulo Corrêa. Também quero me solidarizar com o testemunho de Vossa Excelência. E, como membro da Polícia Civil, delegado aposentado, eu quero me inteirar dos fatos que aconteceram e foram relatados por Vossa Excelência, para poder, na terça-feira, fazer um pronunciamento. Eu ia falar hoje no Grande Expediente, mas respeitei a dor e o pedido de Vossa Excelência, que queria se pronunciar a respeito desse fato trágico e absurdo que todos já relataram. Mas eu vou tomar conhecimento do que aconteceu com relação à atitude com o seu sobrinho e tudo o que aconteceu lá. E, na terça-feira, também quero me pronunciar sobre a Polícia Civil, sobre vários fatores que vêm acontecendo, como a questão do efetivo e muitas outras coisas que estão ocorrendo pelo estresse emocional dos policiais, também devido à falta de efetivo. Preparei um pronunciamento para terça-feira. Hoje, eu quis apenas me manifestar e me solidarizar com o ocorrido, e dizer, assim como os demais colegas se pronunciaram, que nós precisamos trabalhar muito para que isso deixe de ocorrer. Nós, como homens, como pais de família, ficamos inconformados em ver situações como essa acontecendo. E é isso mesmo, é uma junção de forças para tentarmos minimizar o que está acontecendo em Mato Grosso do Sul, com relação à violência doméstica contra as mulheres. Na terça-feira trarei mais informações sobre esse ocorrido. Obrigado!



DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço. Não posso deixar também de agradecer ao ex-governador Reinaldo Azambuja, que me fez uma ligação, inclusive no dia do aniversário da dona Fátima, a respeito do assunto, se solidarizando também.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Deputado Paulo Corrêa, o tempo de Vossa Excelência está esgotado, mas, em função da relevância do pronunciamento de Vossa Excelência, esta Mesa prorrogará o tempo. Vou conceder mais dez minutos.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Mais dez minutos. Pedirei licença ao próximo inscrito, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — O próximo inscrito é o deputado João Henrique. Vossa Excelência concede dez minutos?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Concedo.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Obrigado! Agradeço.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Então está prorrogado o tempo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Permite-me um aparte, deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Pois não, deputado professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Paulo Corrêa, esse é um fenômeno [sic] sobre o qual nós ficaremos aqui o dia todo, a semana toda, discutindo. Isso é um fenômeno [sic]! Esse crime passionai, essa questão de crime doméstico, é algo que, como disse Vossa Excelência, extrapola todos os limites. Ele está inserido em todos os segmentos da nossa sociedade, do mais pobre ao mais rico, do analfabeto ao pós-doutor. É impressionante! Mas é preciso, deputado, que nós façamos um esforço coletivo, e esta é a postura desta Casa, para coibir e usar os meios possíveis para que, se não erradicarmos — o que seria uma utopia —, pelo menos minimizemos. Por exemplo, lá na Itália, na semana passada, Georgia Meloni, a primeira-ministra, sancionou uma lei instituindo esse crime com pena de prisão perpétua. Eu sei que na nossa Constituição não tem a prisão perpétua. Vejam só: isso é um fenômeno mundial! Enquanto isso, deputado, Vossa Excelência falou que aprendeu com seus pais, e acredito que a grande maioria dos que estão aqui ouviu a frase: “Em mulher não se bate”. Esta lei que apresentei no ano passado, deputado Paulo Corrêa, infelizmente foi arquivada; e eu a estou reapresentando hoje. Todos que estão aqui assinaram; e Vossa Excelência, quando descer da tribuna, também irá assiná-la. É uma lei que já foi sancionada no Distrito Federal,

que prevê multa para quem se torna agressor, começando com dez Uferms, podendo chegar a dez mil Uferms, ou seja, quase quinhentos mil reais, dependendo da situação socioeconômica do agressor. Essa é uma das formas para sensibilizar os machões de Mato Grosso do Sul. Na contramão da história, tenho uma lei de minha autoria — que vou cobrar — que ensina as crianças. Temos que preparar os futuros companheiros, futuros maridos, futuros namorados, deputado Pedro Kemp, com noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas. Essa é uma lei de minha autoria, ratificada por todos os demais vinte e três deputados, com o tema transversal, para que esses assuntos não sejam discutidos apenas no 8 de março, no momento de reflexão. Temos que incutir na cabeça desses garotos, cada vez mais precoces, que eles precisam saber conviver com a diferença. O princípio da tolerância, da paz, do amor ao próximo tem que estar intensamente ligado à formação desse jovem que amanhã vai estar namorando e, depois de amanhã, casando e tendo uma família. Então, quero aqui, deputado Paulo Corrêa, mais uma vez, externar meu sentimento de tristeza com relação ao que fizeram com a Natália. Como disse o deputado João Henrique, uma menina querida. Quem a conhece sabe: não é porque é a Natália, poderia ser Maria, Joana, qualquer mulher, mas estou falando de alguém que a gente conhece, com quem convivemos, uma artista, uma pessoa humilde. Lamentamos mais uma vez. Mato Grosso do Sul continua, em que pese essa rede de proteção que é um exemplo para outros países... Cito o caso da doutora Jaqueline, uma juíza que está há mais de dez anos trabalhando. Mas, infelizmente, me parece que os homens do nosso estado não conseguem entender que, ao cometer um crime desse tipo, eles serão punidos. Infelizmente, houve essa situação, da qual não conheço os detalhes, mas, na reunião que tivemos aqui, o que foi combinado é que não importa se o agressor não tem antecedentes criminais; não importa se é réu primário: tem que prender com prisão preventiva. Quero aqui, mais uma vez, lembrar de uma lei aprovada na Câmara Federal, em 2015, que acaba com a progressão da pena para quem comete feminicídio. Foi aprovada pelos quinhentos e treze deputados, mas hoje está travada no Senado Federal. A pena seria aumentada para quinze anos em regime fechado, sem a respectiva progressão. É uma "semiperpétua", já que não temos a pena perpétua em nosso país para esse tipo de indivíduo que se diz homem. Homem que é homem não bate em mulher. Então, minha solidariedade à Natália, e que Deus abençoe sua vida. Imaginem como está o psicológico dessa menina.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Da família.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Da família, deputado. A minha solidariedade de forma incondicional. Muito obrigado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço o vosso aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Permite-me um aparte, deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu queria pedir licença para me dirigir a Vossa Excelência, primeiro para prestar solidariedade a Vossa Excelência, à sua sobrinha Natália e à sua família. Queria me somar à fala do deputado Lidio Lopes, em primeiro lugar, quando ele disse da importância de se investir na educação para fazermos frente ao machismo, que é muito forte na sociedade. Temos que educar as novas gerações sobre relações de gênero, sobre respeito nas relações de gênero, sobre os valores de defesa da integridade das pessoas. Eu também queria falar daquilo que o deputado Lidio Lopes disse sobre não "queimar" a imagem da Casa da Mulher Brasileira e nem das delegacias de mulheres espalhadas pelo estado, porque, senão, vamos desencorajar as mulheres de fazerem as denúncias que precisam ser feitas. A mulher que sofre qualquer tipo de violência deve procurar a delegacia, formular a denúncia, fazer o Boletim de Ocorrência e ter as garantias da Lei Maria da Penha, com as medidas protetivas; são passos essenciais para que a vítima possa ser protegida. Quero também me somar ao deputado Coronel David quando ele menciona a falha no atendimento. Já houve reuniões com todos os Poderes, mobilização de diversas frentes, mas quais são as medidas concretas a partir disso? Deputado, o que Vossa Excelência relatou aqui — que seu sobrinho, como advogado, acompanhou Natália e acabou indiciado — é um erro crasso, que não pode acontecer de maneira alguma! Ele correu o risco de ser preso enquanto o agressor foi solto. Acredito que há falhas graves no atendimento às mulheres. É preciso, talvez, um processo de capacitação para aqueles que trabalham nessa área, desde o escrivão e a secretária que faz o primeiro atendimento, até a delegada e os membros do Poder Judiciário. Todos devem entender que essa é uma área específica e sensível. Quando envolve relações de afetividade e família, exige um olhar diferenciado e o suporte da Psicologia para um atendimento adequado. Imagino o que sua sobrinha está passando neste momento, poucos dias após o trágico assassinato da Vanessa. Ela deve estar se perguntando se será a próxima vítima. Portanto, acredito que precisam ser adotadas medidas mais concretas e efetivas por parte do Judiciário, da Polícia Civil e da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, para que esses casos não se repitam e para que não tenhamos mais feminicídios aqui em Mato Grosso do Sul. Contem com a nossa solidariedade. Contem com o nosso apoio. Estamos juntos nessa luta. Obrigado.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço a sua solidariedade e incorporo vosso aparte também. Obrigado, deputado Pedro Kemp. Com a palavra, o deputado Pedro Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Deputado Paulo Corrêa, em primeiro lugar, quero me solidarizar com Vossa Excelência e cumprimentá-lo pela coragem de expor esse caso, dando voz não apenas à Natália, mas a tantas outras mulheres que sofrem com esse crime. Fiquei especialmente chocado com o que aconteceu, porque conheço a Natália. Ela é minha amiga, trabalhou conosco quando estive na Prefeitura de Campo Grande. Sei da competência dela, conheço essa menina e sei o quanto ela almejou essa criança, esse filho; e passou o período de gravidez com tanto carinho, com tanto cuidado. Também conheço o Rodrigo Rody, seu sobrinho, uma pessoa extraordinária. Lamento profundamente que, em um momento tão grave e sensível de suas vidas, tenham

sido tratados de forma absolutamente humilhante dentro da Casa da Mulher Brasileira por essa delegada. E eu pergunto: o que estamos esperando para pedir o afastamento imediato dessa delegada, que falhou de maneira tão clara no atendimento à Vanessa Ricarte? E agora, pouco tempo depois, diante de um caso flagrante, em que uma jovem com o nariz quebrado buscou ajuda, em vez de acolhê-la, em vez de compreender o momento que essa família está vivendo, ela indícia Rodrigo! Pasmem! Sinceramente, não tenho palavras para expressar a repulsa que esse comportamento me causa. Então, me desculpem, mas essa delegada pode até ter competência para lidar com outros casos, com outros crimes, mas não tem a sensibilidade necessária, não tem o preparo pessoal nem a qualificação para atender mulheres em situação de vulnerabilidade. Quero pedir, em nome desta Casa, o afastamento imediato dessa delegada. Também solicito que realizemos a segunda reunião como aquela que fizemos aqui, que foi extremamente proveitosa a propósito do feminicídio de Vanessa Ricarte. O secretário de Justiça, Carlinhos, apresentou um caminho, um plano, para que nós, juntamente com inúmeras instituições, pudéssemos reformar esse atendimento, e reformar todo o sistema de defesa das mulheres. Então, nós tivemos uma reunião muito importante, mas ela tem que ter sequência. Vamos aproveitar — se é que a gente pode usar essa palavra — esse momento grave desse crime nojento que aconteceu contra a Natália para pedir o andamento e verificar as providências, inclusive para ter uma segunda reunião e acompanhar o andamento dessa comissão nesta Casa. Minha solidariedade a Vossa Excelência, minha solidariedade à sua família e, em especial, à Natália, que sofreu esse crime nojento, e também ao Rodrigo.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Agradeço e peço a Vossa Excelência, presidente, um minuto para terminar.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Concedido.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Nós aqui estamos pedindo uma coisa específica: eu sou engenheiro... A 3ª Câmara Criminal... E aí, entendo que o desembargador não analisou todos os fatos, e acho que hoje teria mais elementos, portanto, estou solicitando ao Tribunal de Justiça, por favor, que reconsidere o item: tornozeleira eletrônica, OK; porém, duzentos metros está errado! Tem que ser quatrocentos metros. E a terceira coisa que eu vou pedir aqui, com o apoio de Vossas Excelências, ao presidente do Tribunal de Justiça é que analise o habeas corpus nessa situação que diz que o "cara" está assegurado a visita à casa da mulher que ele agrediu. Ele está visitando. Ele pode visitar agora? Ele é o "paizinho bombom"; é "o cara"! Ele pode ir lá ver a filha dele, de que ele nunca quis saber. Então, eu gostaria de solicitar isso também e vou me valer aqui do nosso consultor jurídico, doutor Fábio Camilo, para poder escrever isso com meu sobrinho e com quem puder me ajudar, para solicitar ao presidente do Tribunal de Justiça que reveja esse tipo de atitude, porque efetivamente acho que o desembargador incorreu em erro. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consultando o painel que registra a presença

dos senhores deputados, senhoras deputadas, e havendo quórum para deliberação, passemos, então, à análise dos projetos que estão pautados para a sessão de hoje. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 280/2024. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Institui e inclui no anexo do Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Dia dos Legendários, que visa reconhecer e realçar o segmento de homens legendários que desenvolvem o espírito de fé e solidariedade humana, participando de desafios perante a natureza, passando por trilhas que visam restaurar a sua configuração original". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda de Redação 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 280/2024, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Pedro Kemp (PT).

Segundo-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Renato Câmara - MDB) — São dezenove votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu gostaria de pedir vista desse projeto.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Concedida vista para o deputado João Henrique do Projeto de Lei nº 029/2025, de autoria do Tribunal de Contas. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 039/2025. Autor: deputado Marcio Fernandes, em coautoria com os deputados Gerson Claro, Neno Razuk e Paulo Corrêa. "Altera dispositivo da Lei nº 5.321, de 10 de janeiro de 2019, que dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização da espécie "Salminus brasiliensis" ou "Salminus maxillosus" (dourado)". Em discussão.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu gostaria de pedir vista do projeto.

PRESIDENTE (deputado Pedro Kemp - PT) — Concedida vista para a deputada Gleice Jane do Projeto de Lei nº 039/2025. Item 4. Em discussão única e votação simbólica. Um requerimento, trinta indicações e três moções de congratulação. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Moção de pesar, proposta pelo deputado Gerson Claro e transformada pela Casa, em razão do falecimento do senhor Djalma Lucas Furquim. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai encerrar a presente Sessão. Está encerrada (10h15min).